

KARL LARENZ

---

METODOLOGIA  
DA CIÊNCIA  
DO DIREITO

*3.ª edição*

*Tradução de  
José Lamego*

Tradução  
do original alemão intitulado:  
•METHODENLEHRE DER RECHTSWISSENSCHAFT•  
KARL LARENZ  
6.ª edição, reformulada, 1991  
© Springer-Verlag Berlin Heidelberg

201333

Reservados todos os direitos de harmonia com a lei  
Edição da  
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN  
Av. de Berna | Lisboa  
1997

## ÍNDICE GERAL

LISTA DAS ABREVIATURAS .....	XV
PREFÁCIO À 6. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	XIX
DO PREFÁCIO À 1. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	XXI
INTRODUÇÃO .....	1

### I – PARTE HISTÓRICO-CRÍTICA

#### TEORIA DO DIREITO E METODOLOGIA NA ALEMANHA DESDE SAVIGNY

##### Capítulo I

A METODOLOGIA DE SAVIGNY .....	9
--------------------------------	---

##### Capítulo II

A «JURISPRUDÊNCIA DOS CONCEITOS» DO SÉCULO XIX	21
1. A «genealogia dos conceitos» de PUCHTA .....	21
2. O «método histórico-natural» do JHERING da primeira fase	29
3. O positivismo legal racionalista de WINDSCHEID .....	34
4. A teoria «objectivista» da interpretação .....	39

##### Capítulo III

A TEORIA E METODOLOGIA JURÍDICAS SOB A INFLUÊNCIA DO CONCEITO POSITIVISTA DE CIÊNCIA .....	45
1. A teoria psicológica do Direito de BIERLING .....	49
2. A passagem de JHERING a uma Jurisprudência pragmática	55

**X**

3. A primeira fase da «Jurisprudência dos interesses» .....	63
4. A passagem ao voluntarismo com o Movimento do Direito Livre .....	77
5. A viragem para a sociologia do Direito .....	83
6. A «teoria pura do Direito» de KELSEN .....	91
7. O «positivismo jurídico institucionalista» de OTA WEINBERGER .....	109

**Capítulo IV**

O ABANDONO DO POSITIVISMO NA FILOSOFIA DO DIREITO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX .....	113
---	-----

1. A «Teoria da Ciência do Direito» de STAMMLER e a sua doutrina do «Direito justo» .....	115
2. Neokantismo «sudocidental alemão» e teoria dos valores .....	125
3. Idealismo objectivo e dialéctica .....	138
4. A teoria fenomenológica do Direito .....	151

**Capítulo V**

A DISCUSSÃO METODOLÓGICA ACTUAL .....	163
---------------------------------------	-----

1. Da «Jurisprudência dos interesses» à «Jurisprudência de valoração» .....	163
2. A questão dos critérios de valoração supralegais .....	172
3. Conteúdo da norma e estrutura da realidade .....	182
4. A busca da solução justa do caso concreto .....	190
5. Tópica e procedimento argumentativo .....	201
6. Vinculação à lei e modelo subsuntivo .....	215
7. Sobre a questão do sistema .....	230
8. Sobre a discussão jusfilosófica relativa à justiça .....	241

**II – PARTE SISTEMÁTICA****Capítulo I**

INTRODUÇÃO: CARACTERIZAÇÃO GERAL DA JURISPRUDÊNCIA .....	261
--	-----

1. Os modos de manifestação do Direito e as ciências correspondentes .....	261
--	-----

2. A Jurisprudência como ciência normativa. A linguagem dos enunciados normativos .....	270
3. A Jurisprudência como ciência «compreensiva» .....	282
a) Compreender mediante o interpretar .....	282
b) A «estrutura circular» do compreender e a importância da «pré-compreensão» .....	285
c) Interpretação e aplicação das normas como processo dialéctico .....	293
4. O pensamento orientado a valores na Jurisprudência ....	297
a) O pensamento orientado a valores no âmbito da aplicação do Direito .....	300
b) O pensamento orientado a valores no âmbito da dogmática jurídica .....	312
c) Acerca das teses de NIKLAS LUHMANN sobre a dogmática jurídica .....	320
5. A importância da Jurisprudência para a actividade jurídica prática .....	326
6. O contributo cognoscitivo da Jurisprudência .....	333
7. A metodologia como auto-reflexão hermenêutica da Jurisprudência .....	339

## Capítulo II

A DOCTRINA DA PROPOSIÇÃO JURÍDICA .....	349
1. A estrutura lógica da proposição jurídica .....	349
a) As partes integrantes da proposição jurídica (completa) .....	349
b) A proposição jurídica como proposição dispositiva. Crítica da teoria imperativista .....	353
2. Proposições jurídicas incompletas .....	359
a) Proposições jurídicas aclaratórias .....	360
b) Proposições jurídicas restritivas .....	362
c) Proposições jurídicas remissivas .....	364
d) Ficções legais como remissões .....	366
3. A proposição jurídica como elemento de uma regulação .....	370
4. Confluência (concurso) de várias proposições jurídicas ou regulações .....	372

## XII

5. O esquema lógico da aplicação da lei .....	379
a) O silogismo de determinação da consequência jurídica .....	380
b) A obtenção da premissa menor: o carácter meramente limitado da «subsunção» .....	383
c) A derivação da consequência jurídica por intermédio da conclusão .....	387

**Capítulo III**

A CONFORMAÇÃO E APRECIÇÃO JURÍDICA DA SITUAÇÃO DE FACTO .....	391
1. A situação de facto como acontecimento e como enunciado .....	391
2. A selecção das proposições jurídicas pertinentes à conformação da situação de facto .....	396
3. As apreciações requeridas .....	399
a) Juízos baseados na percepção .....	399
b) Juízos baseados na interpretação da conduta humana .....	401
c) Outros juízos proporcionados pela experiência social .....	402
d) Juízos de valor .....	406
e) A irredutível margem de livre apreciação por parte do juiz .....	413
4. A interpretação das declarações jurídico-negociais .....	419
a) As declarações jurídico-negociais como arranjos de consequências jurídicas .....	419
b) Sobre a interpretação dos negócios jurídicos .....	421
c) Sobre a classificação dos contratos obrigacionais em tipos contratuais legais .....	424
5. A situação de facto verificada .....	429
a) Sobre a comprovação dos factos no processo .....	429
b) A distinção entre a «questão de facto» e a «questão de direito» .....	433

**Capítulo IV**

A INTERPRETAÇÃO DAS LEIS .....	439
1. A missão da interpretação .....	439
a) A função da interpretação no processo de aplicação da lei .....	439
b) O escopo da interpretação: vontade do legislador ou sentido normativo da lei? .....	445

2. Os critérios da interpretação .....	450
a) O sentido literal .....	450
b) O contexto significativo da lei .....	457
c) Intenção reguladora, fins e ideias normativas do legislador histórico .....	462
d) Critérios teleológico-objectivos .....	469
e) O preceito de interpretação conforme à Constituição .....	479
f) A inter-relação dos critérios de interpretação .....	484
g) Comparação da interpretação da lei com a interpretação dos negócios jurídicos .....	490
3. A interpretação de factores conformadores .....	491
a) A aspiração a uma resolução justa do caso .....	491
b) A alteração da situação normativa .....	495
4. Problemas especiais da interpretação .....	500
a) Interpretação «estrita» e «ampla»; a interpretação de «disposições excepcionais» .....	500
b) Sobre a interpretação do Direito consuetudinário e dos precedentes .....	504
c) Sobre a interpretação da Constituição .....	510

## Capítulo V

MÉTODOS DE DESENVOLVIMENTO JUDICIAL DO DIREITO .....	519
1. O desenvolvimento judicial do Direito como continuação da interpretação .....	519
2. A integração das lacunas da lei (desenvolvimento do Direito imanente à lei) .....	524
a) Conceito e espécies de lacunas da lei .....	524
b) A integração de lacunas «patentes», em especial por analogia .....	540
c) A integração de lacunas «ocultas», em especial por redução teleológica .....	555
d) Outros casos de correcção teleologicamente fundamentada do texto legal .....	564
e) Constatação de lacunas e integração de lacunas .....	569
f) A integração de lacunas como contributo de conhecimento criativo .....	572
3. A solução de colisões de princípios e normas mediante a «ponderação de bens» .....	574
4. Desenvolvimento do Direito para além do plano da lei (desenvolvimento do Direito superador da lei) .....	588

## XIV

a) Desenvolvimento do Direito de acordo com as necessidades do comércio jurídico .....	588
b) Desenvolvimento do Direito de acordo com a «natureza das coisas» .....	593
c) Desenvolvimento do Direito de acordo com um princípio ético-jurídico .....	599
d) Limites do desenvolvimento do Direito superador da lei .....	606
5. O significado dos «precedentes» para a constituição do «Direito judicial» .....	610

## Capítulo VI

A FORMAÇÃO DO CONCEITO E DO SISTEMA NA JURISPRUDÊNCIA .....	621
1. O sistema «externo» ou conceptual-abstracto .....	621
a) Tarefa e possibilidades da formação jurídica do sistema .....	621
b) O conceito abstracto e o sistema «externo» por seu intermédio articulado .....	624
c) A «construção» jurídica como instrumento de sistematização .....	627
d) As teorias jurídicas e a sua corroboração .....	638
e) A tendência inerente ao pensamento abstracto para o esvaziamento de sentido .....	644
f) Excurso: A distinção de Hegel entre conceito abstracto e conceito concreto .....	650
2. Tipos e séries de tipos .....	655
a) O «tipo» como forma de pensamento em geral .....	655
b) A importância do tipo na ciência do Direito .....	660
c) A apreensão do tipo jurídico-estrutural .....	664
d) A importância dos tipos jurídico-estruturais para a formação do sistema (séries de tipos) .....	667
3. O sistema «interno» .....	674
a) A importância dos princípios jurídicos para a formação do sistema .....	674
b) Conceitos jurídicos determinados pela função .....	686
c) O carácter «aberto» e fragmentário do sistema «interno» .....	693
NÓTULA DO TRADUTOR: «Um filho do seu tempo» .....	701
PANORAMA BIBLIOGRÁFICO GERAL .....	715
ÍNDICE DE ASSUNTOS .....	723